

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS-----

----- **ATA NÚMERO SETE**-----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois reuniu, nas instalações do Grupo Sportivo Adicense, sitas na Rua de São Pedro, número vinte, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, Zulmira Guterres dos Santos, Lourenço Paour Miguel Costa e Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira. -----

----- **Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Jorge Manuel Madrugo Garcia. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Eduardo Manoel Pires da Silva. -----

----- **Do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV):** - Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Catarina Bendito de Medeiros. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Eduardo da Silva.-----

----- Às dezoito horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Período Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que para o PAOD havia a identificação de cinco documentos, dois votos de saudação, uma recomendação, uma moção de protesto e uma moção pelo reforço dos meios policiais. -----

----- O primeiro voto era entregue pela CDU sobre as marchas populares e ao movimento associativo dos bairros de Lisboa.-----

----- **Saudação** -----

“----- *Saudação às Marchas Populares e ao Movimento Associativo dos Bairros da Freguesia de Santa Maria Maior*-----

----- *As Marchas Populares, organizadas pela primeira vez em 1932, tinham como objetivo primeiro o envolvimento do movimento associativo e popular na vida do regime, alienando-os daquele que era o seu papel de agitador junto da juventude e do povo português. Este objetivo, numa primeira fase, amplamente conseguido teve um revés quando as coletividades, criativamente, utilizaram as Marchas Populares para contar as histórias dos trabalhadores dos bairros populares, as suas dificuldades, alegrias e o seu dia-a-dia. Uma particularidade que se mantém até aos dias de hoje. --*

----- *O movimento associativo de cariz popular, vem enfrentando, no seu quotidiano, dificuldades diversas: escassez de receitas e financiamentos, carência de instalações, dificuldades técnicas e materiais, dificuldades de disponibilidade dos seus dirigentes. Apesar de terem visto essas dificuldades agravarem-se nos últimos dois anos, fruto da pandemia, o movimento associativo popular continua a prestar um serviço inestimável*

Li
27/6/20
[Assinatura]

às populações e ao progresso cultural e deram a resposta necessária para que os santos populares retomassem o seu lugar de grande festa da cidade de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----
----- As Festas de Lisboa são um ponto alto na promoção social e turística da nossa Cidade; -----

----- O êxito da vertente popular das Festas de Lisboa se deve, no fundamental, às Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; -----

----- Os seus dirigentes, sócios e amigos, desenvolveram um imenso trabalho, de valor incalculável, na construção, animação e funcionamento dos Arraiais Populares e na preparação das Marchas Populares de Lisboa; -----

----- Os eleitos CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em 27 de junho de 2022, delibere: -----

----- 1. Saudar os dirigentes e associados da Academia de Recreio Artístico, o Centro Cultural Dr. Magalhães de Lima, Grupo Desportivo do Castelo e Grupo Desportivo da Mouraria; -----

----- 2. Saudar todos os participantes, marchantes, ensaiadores e construtores das Marchas de Alfama, da Baixa do Castelo e da Mouraria; -----

----- 3. Saudar as Colectividades de Lisboa e as suas Estruturas Representativas pela participação nas Festas de Lisboa e, através delas, todos os dirigentes e sócios que contribuíram, com o seu trabalho voluntário, para o sucesso dos Arraiais Populares; -

----- 4. Enviar esta saudação: -----

----- À Academia de Recreio Artístico; Ao Centro Cultural Dr. Magalhães de Lima; Ao Grupo Desportivo do Castelo; Ao Grupo Desportivo da Mouraria; À Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa; À Confederação Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; -----

----- Os Eleitos da CDU - Hugo Duarte e Eduardo Silva -----

----- Lisboa, 27 de Junho 2022 -----”

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o Executivo da Junta associava-se a esse voto de saudação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Saudação “Às Marchas Populares e ao Movimento Associativo dos Bairros da Freguesia de Santa Maria Maior**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

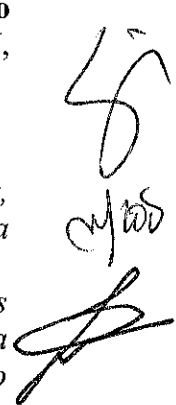
----- **Voto de Saudação** -----

----- “----- **Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia** -----

----- **Celebra-se no dia 17 de Maio o Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, data que assinala o dia em que a homossexualidade foi retirada da Classificação de Doenças da Organização Mundial de Saúde.** -----

----- **Nesta data, saudamos as conquistas mais recentes das pessoas e comunidades LGBTQI+ em Portugal, como a aprovação de quatro projectos de lei que proíbem a discriminação de pessoas Homossexuais ou Bissexuais na dádiva de sangue ou o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à protecção das características sexuais de cada pessoa, mas não podemos esquecer os obstáculos à livre existência de pessoas LGBTQI+ num ano em que Portugal desceu seis lugares (de 4 para 10º no Rainbow Map da ILGA Europa, que classifica os países europeus de acordo com as suas leis e políticas LGBTQI+.** -----

----- **Recordamos que só em 1982 se conseguiu a descriminalização da homossexualidade em Portugal, hoje a igualdade em função da orientação sexual está consagrada na lei: no acesso ao casamento e à adoção, no direito à autodeterminação de género e no princípio constitucional da igualdade que garante tratamento igual e a**



proibição da discriminação. A realidade, hoje, é muito diferente da que vivíamos na viragem para o século XXI, hoje temos centros de acolhimento LGBTI, temos mais informação, planos de ação para a inclusão, formação para a cidadania e igualdade, temos uma sociedade mais aberta e inclusiva. -----

----- No entanto, com a onda de reação de vários setores políticos mais conservadores que pretendem reverter os processos alcançados por estas lutas, devemos continuar atentas e atentos. Além disso, a necessidade de um investimento mais sério em algumas das estruturas identificadas deve ser assinalada. -----

----- Reforçamos que no caminho para uma sociedade mais livre e inclusiva devem ser proibidas as terapias de conversão, devem ser assegurados cuidados de saúde de qualidade e não discriminatórios para pessoas trans, não binárias e intersexo e deve existir formação para professores em questões LGBTQI+, para que a consciencialização comece nas escolas. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia reunida em 27 de Junho de 2027, ao abrigo do disposto no artigo 25º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: -----

----- 1. Saudar o Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia; -----

----- 2. Saudar as associações, coletivos, movimentos e ativistas que lutam por uma sociedade mais justa e inclusiva para pessoas LGBTQI+. -----

----- Pela eleita do Bloco de Esquerda, Catarina Medeiros -----”

----- O Senhor Presidente da Junta disse que o Executivo da Junta associava-se também a esse voto de saudação. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o Voto de Saudação “Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia”, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Recomendação** -----

“-----Por Parques Infantis Inclusivos-----

----- "A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades de recreio que deverão estar dirigidas para a educação. A sociedade e as autoridades públicas devem esforçar-se por promover o exercício deste direito" - Princípio 7º da "Declaração dos Direitos da Criança" proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 20/11/1959 -----

----- Brincar é essencial ao desenvolvimento da criança, mas é um direito que ainda não foi concretizado em muitos territórios, É também pelo brincar que uma criança se exprime, aprende, interage com outras e constrói a sua forma de ser e estar. -----

----- Um parque infantil deve ser um lugar inclusivo, onde as crianças se divirtam juntas, aprendendo e respeitando as suas diferenças. Tal como aponta o artº 7º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que vigora em Portugal desde 2009: "os Estados tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições de igualdade com as demais crianças" -----

----- Mas a insuficiência de parques infantis adaptados a crianças com deficiência, dificulta as suas experiências, a exploração de cores, movimentos, sons e relevos, É assim imperioso que os parques infantis da freguesia possuam equipamentos lúdicos e materiais específicos que promovam o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social das crianças com deficiência. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sua reunião de 27 de Junho de 2022, delibera:-----

----- *Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que no próximo orçamento autárquico programe a construção de parques infantis inclusivos, em que às crianças com deficiência seja também assegurada a sua plena utilização.* -----
----- *A representante do Bloco de Esquerda - Catarina Medeiros*-----”
----- O **Senhor Presidente da Assembleia** disse que se a Membro do BE lhe permitisse gostaria de subscrever a recomendação. -----
----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que aproveitava o facto de apresentar essa recomendação para também levantar uma questão ao Executivo sobre uma das propostas que estava para o mandato e que era a construção de um novo parque infantil na Freguesia. Saber se por acaso tinham informações sobre esse projeto, se estavam a começar a pensar. -----
----- Era uma coisa que conversaram e que seria para o presente mandato, então aproveitava a recomendação para questionar o ponto de situação. -----
----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que iria aprovar os parques infantis inclusivos mas queria fazer uma ressalva. Conhecia uma polémica em particular em relação ao orçamento participativo, onde se tentou fundir. Acontecia que normalmente as máquinas ocupavam bastante espaço e a implantação desses parques nunca devia sobrepor-se a uma área verde. -----
----- A Freguesia não era muito rica em áreas verdes e diria que se devia observar o território. Iria sempre aprovar mas era preciso um pouco de bom senso e não fazer disso a regra porque eles ocupavam uma área muito grande em termos de equipamento e o mais importante era terem o verde, baixar o grau de humidade relativa, haver um ponto da cidade onde esses parques existissem mas não queria dizer que fosse uma coisa com uma presença demasiado ostensiva em área no território, tinha que haver alguma proporcionalidade. -----
----- A experiência que tinha em alguns grupos de discussão com fregueses, havia alguns conflitos e as pessoas estavam quase a prescindir de uma área verde abundante para uma área muito árida onde esses equipamentos estavam implantados. Perdiam montes de árvores por causa disso. -----
----- Era só ter esse cuidado e essa ponderação. Não abdicar de espaços verdes por causa da maquinaria. Iria com certeza encontrar-se um local apropriado. -----
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria fazer uma afirmação factual. A Junta já construiu de raiz um parque infantil, já recuperou dois parques infantis que estavam arruinados e já influenciou um novo parque infantil que a Câmara construiu no Campo das Cebolas. -----
----- Naqueles que foram responsabilidade da Junta não se abateu uma única árvore, antes pelo contrário. As árvores estavam tratadas e salvaguardadas, designadamente naquele parque infantil que estava ali bem perto em Alfama. -----
----- Havia um grande objetivo de que a reabilitação do Martim Moniz incluísse também um parque infantil e gostariam muito de incluir um novo parque infantil na zona da Ribeira das Naus. Na reforma administrativa foi salvaguardada a possibilidade das zonas estruturantes serem geridas pela Câmara e como era uma zona ainda estruturante tinha que dialogar com a Câmara para pôr ali um parque infantil, se bem que numa conversa informal com o Senhor Presidente da Câmara falaram desse assunto e tivera uma anuência de princípio. Admitia que tivesse que ir para além disso, depois metia o urbanismo que era sempre muito complicado, essas coisas todas, mas era esse o objetivo. -----
----- Estava à disposição de qualquer Membro da Assembleia de Freguesia para estudar mais sítios onde pudessem ser implementados os parques infantis. Não tinha uma capacidade técnica para poder ajuizar do resultado final, mas disponível para ver nos

Handwritten signature and initials in black ink, located on the right side of the page. The signature appears to be 'C. Medeiros' and the initials below it are 'SM'.

existentes onde seria possível incluir um brinquedo que fosse próprio, adaptado às crianças com dificuldades de mobilidade. -----

----- Nos parques que tinham a acessibilidade não era o maior problema. Tendo em conta a topografia de cada bairro, aí não havia nada a fazer, mas estava disponível para ver isso e estudar novas localizações. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Por Parques Infantis Inclusivos”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Moção de Protesto** -----

“----- *Pela reposição do funcionamento das escadas rolantes da estação da Baixa - Chiado do Metropolitano de Lisboa* -----

----- *A estação da Baixa-Chiado do Metropolitano de Lisboa é uma acessibilidade importante da freguesia de Santa Maria Maior. Diariamente milhares de pessoas, residentes, trabalhadores das empresas situadas na freguesia e outros utilizadores da rede do Metropolitano de Lisboa, são confrontadas há vários anos, com a avaria permanente ou parcial das escadas rolantes que dão acesso às saídas na Baixa e no Chiado.* -----

----- *Particularmente os mais idosos, grávidas, pessoas com carrinhos de criança, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, encontram extrema dificuldade em aceder à saída do Largo do Chiado.* -----

----- *A 19 de Maio de 2020, o Metropolitano de Lisboa anunciou a conclusão das obras de modernização das escadas rolantes da estação da Baixa- Chiado, com a reposição do funcionamento, em ambos os sentidos, das escadas rolantes que dão acesso ao Largo do Chiado.* -----

----- *A Baixa e o Chiado são ex-libris de Lisboa e das áreas turísticas mais, promovidas e visitadas. Esta vergonhosa situação, provoca sérios danos reputacionais à cidade e à nossa freguesia em particular.* -----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em reunião ordinária no dia 27 de Junho de 2022, delibera solicitar à Administração do Metropolitano de Lisboa:* -----

----- *1. Esclarecimento cabal, por escrito, das razões que justificam a atual situação, após uma intervenção com um valor de contrato de 491.640,00 M€ efetuada há dois anos.* -----

----- *2. A existir, quando terá início a alegada terceira fase das obras de modernização das escadas rolantes da estação Baixa- Chiado.* -----

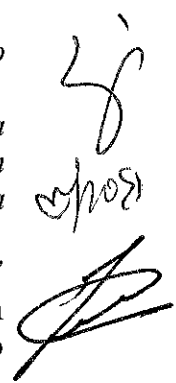
----- *Em representação dos munícipes de Santa Maria Maior, delibera ainda, que seja transmitido ao Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa EPE um veemente protesto, pelo descaso com a população residente e todos os utilizadores da rede do Metropolitano de Lisboa que aqui trabalham ou nos visitam.* -----

----- *O eleito do CDS na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior* -----”

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** disse que em relação às entidades a quem endereçar esse voto de protesto, caso fosse aceite, gostaria em consonância com o Membro Carlos Dias Torres poder acrescentar mais entidades. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que enquanto subscritor o Membro Jorge Garcia tinha que aceitar aquilo que era sugerido antes da votação ser realizada. Era a única condição existente. Portanto, solicitava que indicassem quais as entidades a quem queriam enviar o documento. -----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que gostavam de se associar à moção e pediam ao CDS para juntar o Presidente da Câmara de Lisboa, a Assembleia Municipal de Lisboa, o Senhor Vereador da Mobilidade, o Senhor Ministro das Infraestruturas e



todas as entidades que pudessem informar da situação ali denunciada e com a qual não concordavam. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que o PSD também se ia associar a essa moção e acrescentava que as Escadinhas da Saúde podiam estar ali incluídas. Sabia que era um problema diferente, a geografia era outra, mas muitas vezes as Escadinhas da Saúde estavam também paradas e avariadas. -----

----- Não sabia se isso era possível, se achavam que a moção poderia alargar ou não. ---

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que era uma segunda moção. Uma era dirigida a um organismo, a outra dirigia-se à EMEL que geria as Escadinhas da Saúde. -----

----- Parecia-lhe que haveria unanimidade para poderem depois aceitar, mesmo que fosse anexa, uma moção com o sentimento sobre os acessos da mobilidade mais suave para facilitar a vida das pessoas. -----

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** disse que também reconhecia o problema das Escadinhas da Saúde, entre muitos, como um problema a que a EMEL os sujeitava, mas faziam uma nova em relação a isso porque a entidade era completamente diferente e não iam misturar a EMEL com o Metropolitano de Lisboa. -----

----- **Membro Cláudia Vieira (PS)** informou que as Escadinhas da Senhora da Saúde estavam a funcionar, simplesmente acontecia que muitas vezes eram desligadas manualmente e não por avaria. Morava lá e sabia que estavam a funcionar. -----

----- Por vezes desligavam manualmente por vandalismo, ou para assaltarem as pessoas a meio das escadas. Elas estavam a funcionar dia e noite. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** comentou que a administração era a mesma mas a eficácia era maior, a EMEL. -----

----- O princípio era o aceite em todos os acessos onde não funcionasse, diminuindo a autonomia e mobilidade das pessoas. Enquanto Assembleia entendiam que deviam funcionar, era para isso que foram inventadas. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia uma omissão temporal. De facto as Escadinhas da Saúde não funcionaram durante muito tempo e falava à vontade com o Presidente que tutelava a EMEL, uma pessoa que conhecia e até da sua cor política, mas ele fez questão a partir do dia em que o Senhor Presidente da Câmara Carlos Moedas foi eleito as Escadinhas da Saúde nunca mais funcionaram mal. Era algo que queria realçar. -----

----- A informação que tinha enquanto Presidente de Junta era que estavam mesmo a funcionar. A Junta tinha dinamizado um abaixo-assinado na anterior gestão da Câmara, que era socialista, onde se protestava contra a constante inoperância das Escadinhas da Saúde e era sempre respondido que se tratava de um problema de altíssima complicação e muito difícil de resolver. No entanto, quando o Senhor Engenheiro Carlos Moedas foi eleito Presidente da Câmara, no dia seguinte já estavam a funcionar e praticamente sem falhas, o que era mérito certamente do Senhor Presidente da Câmara, quanto mais não fosse porque o administrador se assustou. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção de Protesto “Pela reposição do funcionamento das escadas rolantes da estação da Baixa - Chiado do Metropolitano de Lisboa”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Moção** -----
----- *Pelo reforço dos meios no dispositivo da Polícia de Segurança Pública na Cidade de Lisboa* -----

----- *Considerando que:* -----

----- 1. *O processo de reorganização do dispositivo de esquadras na cidade de Lisboa avançou em 2012, e previa um conjunto de linhas orientadoras, entre elas o reforço da*



presença e da visibilidade da polícia nas ruas, a redução do sentimento de insegurança da cidadão, o acréscimo da componente preventiva e reativa, a melhoria das condições de atendimento ao público e das condições de trabalho dos polícias, a que se juntavam um conjunto de medidas operacionais. De acordo com a proposta do Governo, este programa teria como ganho mais visível a disponibilização de 267 agentes para ações de patrulhamento de proximidade. -----

----- 2. Desde 2014, foram encerradas várias esquadras na cidade de Lisboa, a última, a Esquadra de Carnide (Esquadra 42) encerrada 16 de Outubro de 2019, por ordem da Delegada de Saúde devido a problemas de saneamento e saúde pública. Decorrente destes encerramentos, deparamo-nos com um menor policiamento de proximidade, levando a um crescimento do sentimento de insegurança das populações e com uma situação de retrocesso em áreas nas quais se vinha assistindo a progressos, designadamente: falta de policiamento, esquadras encerradas, diminuição de efetivos, meios e equipamentos. -----

----- 3. A atividade das forças e serviços de segurança e a vida dos seus profissionais continuam a ser marcados por muitos e variados problemas, com reflexos no direito das populações à tranquilidade públicas. O parque de viaturas está envelhecido, faltam equipamentos individuais, as instalações são desadequadas para os profissionais — homens e mulheres — e para os cidadãos que a elas se dirigem. 4. Subsiste um problema de modelo de policiamento que se manifesta no afastamento às populações, não obstante o esforço e dedicação dos profissionais das forças de segurança, que tentam colmatar essas situações. -----

----- 5. Passados cerca de 7 anos da implementação da reorganização do dispositivo da PSP na Cidade de Lisboa, os pressupostos inscritos nas linhas orientadoras e as medidas operacionais que lhes estavam subjacentes, nomeadamente o aumento de polícias nas ruas, continuam a não se verificar. Considerando ainda que, de acordo com os relatos de diversos municípios, nomeadamente, nas reuniões descentralizadas realizadas ao longo dos últimos anos, constata-se um aumento da insegurança em diferentes freguesias da cidade, que é importante debelar. -----

----- Os eleitos da CDU, recomendam pela presente Moção que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 27 de Junho 2022, delibere instar o Governo a proceder: -----

----- 1. Ao reforço do investimento necessário para a criação de meios e instalações adequadas para a prossecução das missões da PSP na cidade, no quadro de um modelo de policiamento de proximidade; -----

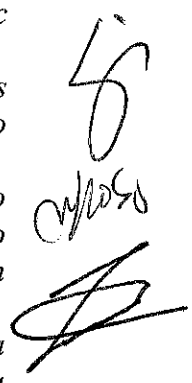
----- 2. À implementação das medidas necessárias para assegurar o reforço do número de agentes da PSP na cidade e para o aumento de programas de prevenção, alertando para as questões de segurança e cuidados a ter para os moradores e comerciantes em geral e em particular para crianças/jovens e idosos; -----

----- 3. À adoção de medidas que promovam o reforço da presença e da visibilidade da polícia nas ruas, a redução do sentimento de insegurança do cidadão, o acréscimo da componente preventiva e reactiva, a melhoria das condições de atendimento ao público e das condições de trabalho dos agentes policiais; -----

----- 4. À reabertura das Esquadras da Cidade, nomeadamente aquelas que foram alvo de contestação aquando do seu encerramento e nos locais onde a insegurança é sentida de forma particular pelas suas populações. -----

----- Os Eleitos da CDU - Hugo Duarte e Eduardo Silva -----
-----Lisboa, 27 de Junho 2022-----”

----- O Senhor Presidente da Junta disse que queria saudar essa moção na parte que tocava à Freguesia de Santa Maria Maior e, até a propósito, tinha chegado diretamente

Handwritten signature and initials in the right margin. The signature appears to be 'Hugo Duarte' and the initials below it are 'EDU'.

de uma reunião com o Senhor Comandante da divisão da PSP ali da zona onde estiveram a falar sobre esses assuntos e em que manifestara, em nome da Junta, a necessidade de reforçar os meios de intervenção, de fiscalização policial ali na Freguesia. Parecia que tinha sido combinado entre o PS e o PCP mas não foi. -----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que também queria deixar uma palavra de apoio a essa moção. Era uma preocupação de todos e ainda bem que apresentavam essa moção na Assembleia, bastante abrangente e falava inclusivé das infraestruturas que eram importantes para apoio ao serviço das autoridades no território da Freguesia e noutras partes da cidade. -----

----- Era importante também insistir junto do Presidente da Câmara no sentido de criar condições para que o trabalho das autoridades fosse feito da melhor forma. -----

----- Com grande prazer já tinha visto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia acompanhar um grupo de cidadãos ao gabinete do Ministro. Era um problema do Ministério da Administração Interna, fugia um pouco do âmbito, mas acompanhar esse assunto era algo importante e gostava de no futuro poderem estar ali a discutir outros métodos e ações que podiam ser feitas no território, como a videovigilância, tão importante no apoio às autoridades no seu trabalho. -----

----- Deixava uma palavra de apoio pelo grupo do PS. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Pelo reforço dos meios no dispositivo da Polícia de Segurança Pública na Cidade de Lisboa”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que caso as respostas pudessem ser dadas imediatamente pelo Executivo isso seria feito, na eventualidade do Executivo não ter condições no momento seria enviada a resposta para a morada. -----

----- **Freguês Alexandre Machado** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Quería questionar porque houve um abaixo-assinado de um grupo de comerciantes de Santa Maria Maior e de Santo António, se não me engano, sobre um grupo de pessoas que costuma estar no Largo de São Domingos a vender comida e tudo o mais. O abaixo-assinado falava sobre problemas de higiene e ambientais e eu gostava de saber primeiro onde é que se pode ter acesso a esse abaixo-assinado, porque eu não consegui encontrar, e segundo se a Junta sabe desse abaixo-assinado.* -----

----- *Saber o que é que vai ser feito sobre isso, porque eu acho que as pessoas que estão ali não estão a incomodar ninguém. É verdade que podem produzir lixo e tudo o mais mas acho que não é um incómodo e acho que o espaço público é de todos e não devemos segregar pessoas.* -----

----- *Há tantos espaços sujos e parece que só aquele ali é que pelos vistos incomoda certos comerciantes.* -----

----- *Era só isso. Obrigado.”* -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Junta não tinha conhecimento desse abaixo-assinado e portanto não podia responder nada. -----

----- Contudo, a propósito daquilo que foi dito na parte final, precisamente porque o espaço público era de todos ele também não podia ser usado para efeitos comerciais, mesmo que informais ou não, sem as devidas licenças e a devida aprovação de quem tinha competência para ocupar aquele espaço público. -----

----- Era com o argumento do espaço público ser de todos que tinham trotinetas a atropelar pessoas em cima dos passeios, que tinham carros a invadir as zonas pedonais e por aí adiante. Precisamente por o espaço público ser de todos era necessário que fossem observadas todas as regras. -----

----- Não conhecia nenhum abaixo-assinado de comerciantes daquela zona e da zona de Santo António, a Freguesia ao lado.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que caso existisse alguma possibilidade de identificar a si e aos Membros da Assembleia o local onde pudessem ver esse abaixo-assinado...-----

----- Não tinha ficado expresso na gravação mas o cidadão identificou que também não tinha, verificou nas redes sociais e por isso fez a questão.-----

----- Se alguém tivesse conhecimento desse abaixo-assinado era importante para todos, até porque a situação identificava um território da cidade partilhado por duas Freguesias e independentemente da cor política da liderança foram eleitos para defender os cidadãos e os comerciantes da cidade. Portanto, se alguém tivesse conhecimento agradecia que fizessem chegar esse documento para a avaliação conjunta.-----

----- **Ponto 2 – Aprovar a Ata nº 5;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata número 5**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 3 – Aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento de 2022, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro (Proposta nº 64/2021-2025);**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** solicitou à Assembleia se autorizava, caso o Executivo tivesse essa necessidade, que a Doutora Filomena Marques pudesse prestar algum esclarecimento técnico adicional; cabendo ao Senhor Presidente aquilo que fosse identificado como área política.-----

----- (Recebeu a concordância da Assembleia)-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria apenas enquadrar, porque poderia resolver qualquer dúvida que pudesse haver.-----

----- Na sequência da reunião extraordinária que fizeram, onde foi autorizada a celebração dos protocolos, nesse caso CDC e o contrato interadministrativo, era a possibilidade de considerarem essa verba como receita a realizar para já estar incluída no Orçamento da Junta e poderem disponibilizar essa verba à medida que fosse necessário.-----

----- No fundo era fechar a quadratura do círculo, era para estarem completamente salvaguardados nessa matéria, uma vez que se o dinheiro não estivesse incluído na Revisão Orçamental era transferido mas não o podiam usar.-----

----- Era uma verba praticamente dedicada à higiene urbana, embora se tivesse colocado na rubrica de despesas com pessoal. Parte das despesas da higiene urbana através dos protocolos eram despesas com pessoal e depois haveria ajustes a fazer através de alterações orçamentais ao nível do Executivo.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** acrescentou que essa aprovação identificava verbas que não estavam inicialmente contempladas no Orçamento, porque resultavam de contratos de delegação de competências e interadministrativos que foram aprovados e permitiram ao Executivo que os rubricasse com o Município de Lisboa.-----

----- O montante total desses documentos em apreço e o reforço das verbas na área das receitas era no valor de 1.492.000 euros, o que obrigatoriamente depois seria maioritariamente utilizado ao abrigo do interadministrativo, aquele que tinha grande expressão e impacto financeiro.-----

----- De acordo também com os documentos enviados nos quadros síntese e que eram de simples leitura.-----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que em relação a essas despesas com pessoal gostaria de confirmar se seriam feitas novas contratações e se sim quais seriam os vínculos dos contratos feitos com essas pessoas. -----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que a sua intervenção era mais política, não deixava de ser para elogiar o cuidado que podiam assistir em relação ao Orçamento e ao acompanhamento das contas e também em relação ao assumir do papel que tinha a Junta de Freguesia na higiene urbana. -----

----- A reforma administrativa permitiu ter uma Junta de Freguesia, não só a de Santa Maria Maior mas as outras existentes em Lisboa, forte e capaz de dar resposta à atividade turística, às necessidades emergentes, todo o trabalho que era necessário fazer junto do cidadão e que todos os dias viam na Freguesia. -----

----- Esse trabalho era de elogiar e agradeciam finalmente a verba entregue que foi feita por parte da Câmara e agora associada ao Orçamento da Junta de Freguesia. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que aproveitava o estarem a falar de novas contratações e a questão do BE, porque queria ter falado do licenciamento zero e até ia propor como poderiam em Assembleia de Freguesia fazer um debate sobre fiscalização especializada e pedagógica para acompanhar o licenciamento zero. -----

----- Sabia que tinha uma bondade, porque as atividades económicas não podiam ficar dependentes da burocracia, as pessoas que iam do estrangeiro para ali trabalhar iam ganhar a vida delas. Elas não tinham formação nem tinham a obrigação de defender um património que nem percebiam. Não era às pessoas que iam abrir lojas e ganhar a sua vida, fazer as suas atividades, que recaía a responsabilidade de salvaguarda do património e do respeito por uma zona protegida como a Baixa e o centro histórico. ---

----- O licenciamento zero na altura foi muito importante, mas passados esses anos já se conseguia verificar que certas coisas funcionavam mal, tipo muitos improvisos, baixa qualidade, materiais impensáveis, soluções impensáveis numa capital e num centro histórico como Lisboa que basicamente era o território da Freguesia. -----

----- O que propunha, não sabia se havia espaço para isso, porque até percebia que não houvesse cabimento e tinha que haver prioridades, mas fazia a sua declaração de interesses, era arquiteta e muito sensível a questões patrimoniais. Fazia um apelo para reforçar a fiscalização especializada. -----

----- Não sabia se a Junta, uma vez que tinha essa delegação de competências, poderia contratar um historiador ou um arquiteto, alguém que estivesse no terreno e acompanhasse os fiscais da Junta e que tivesse essa sensibilidade. Que ajudasse na parte da própria apreciação. -----

----- O licenciamento zero não implicava a apreciação dos projetos mas havia um momento no meio em que essa apreciação devia ser feita e era simples. A pessoa fazia uma proposta e ia lá ao sítio com ela, ver o que estava a pensar fazer. -----

----- Já havia para o equipamento urbano, que estava super regulado e era só fazer cumprir a Lei. Não valia a pena estar a bater na mesma tecla, isso estava mais do que regulado. Em relação às intervenções nas fachadas e no interior dos edifícios dava-lhe pena e não era só a Baixa, era em geral. Por vezes viam-se soluções mesmo precárias e que não estavam à altura da valorização do património. -----

----- Qualquer dia isso ficava mesmo desvalorizado, por vezes viam-se umas coisas a sair do ar condicionado, umas mangueiras de plástico a babarem vinte centímetros para cima do passeio, depois mais uma garrafa de plástico a receber a água no meio do passeio. Não era aceitável no território onde estavam. -----

----- Se calhar era a altura certa para introduzir esse tema, uma vez que era preciso dinheiro e implicava a contratação de alguém que fosse especialista na matéria. Não



Handwritten signature and initials, possibly 'C. Dias Torres' and 'S. Gadanho', located on the right side of the page.

sabia se valia a pena criar comissões para isso, era mais uma reunião entre todos e fazer uma lista do que era preciso. -----

----- Ficava a sugestão, ponderar nessas contratações pelo menos um arquiteto ou alguém que fosse especialista e que acompanhasse as equipas ao terreno. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria tranquilizar a Membro do BE, mais que novas contratações era recuperar as pessoas que estavam a trabalhar para a Junta e que tiveram de parar. -----

----- Não devia haver um Presidente de Junta de Freguesia na Cidade de Lisboa que tivesse criado no quadro cem postos de trabalho. Infelizmente no dia anterior faleceu um mas eram cento e um postos de trabalho. No entanto, também havia pessoas que contrataram que não tinham o mínimo de condições para serem funcionários públicos, podiam vir a ter porque havia um trabalho social intenso, mas a começar pelas habilitações e pela própria sociabilização. -----

----- Não era que fosse injusto porque a política era assim mesmo, mas meteram no quadro cem pessoas. Não havia ninguém na cidade que tivesse feito isso. Foi se calhar mais que a Câmara, em proporção muito mais. Esse era mesmo um pergaminho que reivindicava para Santa Maria Maior e tinha muito orgulho nisso. -----

----- Claro que havia necessidade de abrir concursos e de fazer essas coisas todas, estavam a trabalhar nisso. Também recuperar os que tiveram que parar nesses quase dez meses em que o Senhor Presidente da Câmara demorou muito tempo a renovar isso. Achava que até renovaram por causa dele, havia mais má vontade no resto da sua equipa, mas demorou muito tempo a perceber que era importante fazer isso. -----

----- Não era concetualmente contra o licenciamento zero, facilitava a vida ao cidadão, ao empreendedor, em certa medida era dissuasor de alguns fenómenos de prepotência da máquina burocrática administrativa, para não dizer outro nome, mas a Membro do PSD ainda não percebia muito bem o que era o licenciamento zero nem quais eram as competências das Juntas. Não tinha competências para autorizar obras nos edifícios, era tudo com a Câmara. -----

----- Iria pegar na intervenção da Membro do PSD e entregar à Senhora Vereadora Joana Almeida. Não tinha competências para fiscalizar obras porque não estava na Lei, era um ato nulo administrativo entrar num prédio que estava a alterar uma fachada, mal ou bem mas daquilo que observava era muitas vezes mal, ou estar a alterar uma montra e a Junta não tinha nenhuma competência legal para dizer que não podia fazer isso e que ia passar uma multa. -----

----- No âmbito do licenciamento zero a única coisa que tinha competência era para licenciar as esplanadas destacadas, porque as outras era ao montão e estava a andar. Depois fiscalizavam, mas a fiscalização sobre o licenciamento zero era sempre muito conflituosa. O cidadão pagava, registava, assumia um compromisso de honra de observar a Lei mas a maior parte das vezes não estava. -----

----- O licenciamento zero era um problema enorme, era o que permitia as trotinetes todas por aí, os tuc-tuc todos. Não era culpa da Câmara, era o licenciamento zero, o registo da atividade para funcionar. Isso para os centros históricos era gravíssimo, tinha essas consequências todas e outras mais. -----

----- Do ponto de vista da esplanada a Junta fazia bem o seu trabalho e fartava-se até de fazer contraordenações, até de ir lá retirar esplanadas. Aí precisavam da polícia mas atenção, esses cidadãos também estavam organizados, contestavam muito para tribunal e depois era o tribunal que decidia se a Junta tinha ou não razão. Podia dizer que em 95% a Junta ganhava essas coisas em tribunal, mas havia 5% em que não ganhava e teve que deixar o que na sua opinião era o prevaricador a continuar a fazer. -----

Handwritten signature and initials in the right margin, including a large stylized 'S' and 'M' and a signature below it.

----- O truque era ter uma esplanada fora do sítio reiteradamente, começava-se por admoestar, ele continuava, chegava-se lá e ele era multado, ele pagava a multa e quinze dias depois estava a fazer a mesma coisa, passava-se multa e ele punha a Junta em tribunal dizendo que era perseguição.-----

----- Era uma parte conflituosa, de difícil gestão e os serviços da Junta até o tinham feito muito bem.-----

----- Não conhecia colega nenhum seu, até Presidentes de Câmara que tivessem centros históricos muito impressionantes, que estivessem satisfeitos com o princípio do licenciamento zero, que permitia uma situação de facto e que era sempre mais difícil depois corrigir do que se houvesse a análise prévia.-----

----- Não tinha cabimento legal para contratar um arquiteto para andar a explicar às pessoas como deviam fazer as obras nos prédios e ns montras, não era da sua competência. Se calhar era uma competência bem atribuída à Junta mas isso passava por uma alteração legislativa na Assembleia da República.-----

----- Não o veriam a fazer a demagogia de dizer que a culpa era da Câmara. Isso passava por uma alteração legislativa na Assembleia da República, que teria de alterar a Lei do licenciamento zero e porventura até excepcionar em alguma medida os centros históricos, permitindo a possibilidade da pré-análise. No licenciamento zero não havia pré-análise, havia registo e já estava.-----

----- Não era a parte mais fácil de gerir, mas tendia a concordar que seria muito importante haver uma equipa multidisciplinar da Câmara Municipal que andasse nos prédios, nas obras, a sensibilizar os arquitetos, os engenheiros e os donos dessas obras que tinham de observar um conjunto de princípios que em regra não observavam e tentavam criar depois os poderes públicos perante a situação do facto consumado.-----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que tinha tentado informar e isso era de facto muito complicado. Até tinha falado com assessores de urbanismo para a tentar ajudar e havia um limbo. Do lado da assessoria do urbanismo diziam que o licenciamento zero nem sequer era aplicável na Baixa porque era uma zona protegida. Continuaria a tentar deslindar esse assunto.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **“2ª Revisão ao Orçamento de 2022, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro (Proposta nº 64/2021-2025)”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD), 2 votos contra (PCP e PEV) e 1 abstenção (BE)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 4 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- (Não houve intervenções)-----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que queria questionar sobre o requerimento que foi enviado à Mesa da Assembleia sobre a não colocação em agenda da votação do Regimento. Gostaria de saber se podia ter um esclarecimento no momento ou se seria depois enviado aos representantes.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que de acordo com a reunião que tiveram por causa do Regimento, a determinado momento, antes de decidirem, foi solicitada a identificação dos orçamentos para poder verificar o encargo que essa matéria tinha. Pesasse embora a insistência que era feita, esses orçamentos ainda não chegaram.-----

----- Não queria estar a antecipar sentidos de voto, deviam aguardar pela receção desses orçamentos para depois decidirem.-----



Handwritten signature and initials, possibly 'S. Gadanho' and 'C. Medeiros', written in black ink on the right margin of the page.

----- Havia também uma necessidade de estabelecer um prazo. Na próxima Assembleia de Freguesia, ou as empresas respondiam ou teriam que eventualmente fazer um pedido a outras Freguesias, não importava que fossem em Lisboa ou não, que identificassem os fornecedores e qual foi a regra que aplicaram.-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que tinha uma questão relativa ao ponto que abordaram e que votaram na anterior reunião sobre a aprovação da nomeação da Sociedade Telma Curado e Associados para a certificação de contas.-----

----- Na ocasião foi expresso o sentido de voto de abstenção no compromisso assumido de que seria enviada posteriormente informação relativa ao processo e respetivo relatório de avaliação e de consulta das restantes empresas, mas até ao momento não foi remetida nenhuma informação a esse respeito.-----

----- Queria saber se o Executivo tencionava facultar essa informação e quando.-----

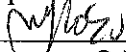
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que podia responder pelo Executivo, que não só tencionava como tinha que cumprir.-----

----- Seguramente que até ao final da semana haveria condições de ser enviado o documento que estava assumido por todos, não só para o Membro Hugo Duarte como para todos os eleitos. O nível de transparência assim o exigia e a transparência era uma das práticas que sempre tiveram.-----

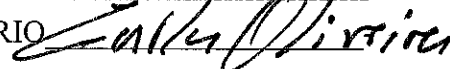
----- Concluída que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram dezanove horas e trinta minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1º SECRETÁRIO



2º SECRETÁRIO



O PRESIDENTE

